

**Solicitação/faz**

Assunto: Solicitação de Publicação em Diário Oficial

Conselheiro Lafaiete, 18 de Julho de 2018.

À

Chefia de Gabinete/ASCOM

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93, solicitamos de Vossa Senhoria providenciar a publicação da matéria abaixo, no jornal responsável pelas publicações oficiais do Governo, pelo que e desde já muito agradecemos.

Atenciosamente,

Procuradoria Municipal.

275/2018: Ratificação 1º termo aditivo ao contrato de Prestação de serviços 072/2017 - Contratante: Município de Conselheiro Lafaiete - CONTRATADO: Empresa Mineira de Computadores Ltda. - Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços que tem objeto a locação de servidor (equipamento) para hospedagem de software de gestão pública - sistema da Tecnologia Global (supernova), neste Município. – PRAZO: 90 dias – Data Assinatura: 02/05/2018 - Amparo legal: art. 65 c/c art. 57, § 1º, Lei nº. 8.666/93.

276/2018: Ratificação 2º termo aditivo ao contrato de fornecimento 065/2017 - Contratante: Município de Conselheiro Lafaiete - CONTRATADO: Cleisson V. R. da Cunha Hortifruti - ME.. - Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a ampliação do quantitativo do item 05 do contrato de fornecimento nº 065/2017, no percentual de 0,5519%, que tem por objeto o fornecimento e aquisição de lanches, kit lanches, marmitex e almoço para atender as demandas das Secretarias Municipais, neste Município.- VALOR: R\$ 6.822,55 – Data Assinatura: 04/06/2018 - Amparo legal: inciso II do artigo 90 da Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei 10.520/02, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, em especial o art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, Lei nº. 8666/93 - Processo Licitatório 048/2016 – Pregão 037/2016 – Registro de Preço 20/2016.

277/2018: Contrato de Fornecimento 087/2018 - Contratante: Município de Conselheiro Lafaiete - CONTRATADO: Real Distribuidora Ltda.- Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais de consumo, segundo os repasses do Programa Brasil Carinhoso, conforme estabelece a resolução nº 1 de 28 de Novembro de 2014. – PRAZO: 12 meses – Valor: R\$ 51.104,00 - Data Assinatura: 12/07/2018 - Amparo legal: inciso II do artigo 90 da Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei nº 8.666/93, em especial seu art. 24, inciso IV - Processo Licitatório 036/2018 – Pregão 016/2018.

278/2018: Contrato de Fornecimento 088/2018 - Contratante: Município de Conselheiro Lafaiete - CONTRATADO: Amazônia Indústria e Comercio Ltda.- Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais de consumo, segundo os repasses do Programa Brasil Carinhoso, conforme estabelece a resolução nº 1 de 28 de Novembro de 2014. – PRAZO: 12 meses – Valor: R\$ 74.900,00 - Data Assinatura: 12/07/2018 - Amparo legal: II do artigo 90 da Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei nº 8.666/93, em especial seu art. 24, inciso IV - Processo Licitatório 036/2018 – Pregão 016/2018.

279/2018: Contrato de Fornecimento 089/2018 - Contratante: Município de Conselheiro Lafaiete - CONTRATADO: Viação Presidente Lafaiete Ltda.- Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviço de fornecimento de vales transporte para atender aos alunos das localidades de Almeidas, Rancho Novo, São Vicente de Paula, Buarque de Macedo, São Gonçalo e Três Barra em atendimento a Lei Federal nº 10880 de 09 de junho de 2004, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, neste Município. – PRAZO: 12 meses – Valor: R\$ 360.000,00. - Data Assinatura: 12/07/2018 - Amparo legal: inciso II do artigo 90 da Lei Orgânica do Município, e nos termos

do art. 25, inciso I e art. 54 e seguintes, ambos da Lei nº. 8.666/93 - Processo Licitatório 062/2018 – Inexigibilidade 008/2018.

**EXTRATO DE COMPRA DIRETA** - O Governo do Município de Conselheiro Lafaiete, para cumprimento dos princípios da transparência e publicidade, em atendimento à Lei Federal 8.666/93, em especial o art. 16, como condição para eficácia dos atos, conforme determinado pelo art. 26 da Lei de Licitações, bem como atendimento ao art. 16, parágrafo quarto da LC 101/2000, torna público que fará por compra direta (art. 24, inciso II da lei 8.666/93) aquisição dos cartões de ponto e etiquetas adesiva para os servidores municipais, que se faz necessário para registro de frequência diário dos servidores na Administração Pública Municipal.